

O ENSINO DE LITERATURA AFRO-BRASILEIRA DE AUTORIA NEGRA: UMA PROPOSTA DO LETRAMENTO SOCIAL-IDENTITÁRIO EM SALA DE AULA

Rosemar Eurico Coenga¹

José Orlando Soares²

Resumo: Este estudo aborda o ensino de literatura afro-brasileira de autoria negra com uma proposta do letramento social-identitário em sala de aula, com ênfase nas contribuições da autora Conceição Evaristo. A pesquisa explora como essa escritora promove narrativas antirracistas, desconstruindo estereótipos e conferindo visibilidade às vivências das mulheres negras. A literatura é analisada como uma ferramenta de resistência e emancipação, além de ser associada a práticas pedagógicas que visam a criação de uma educação mais inclusiva e antirracista, sobretudo por meio da implementação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 no currículo escolar.

Palavras-chave: literatura negra; mulheres na literatura; literatura antirracista.

TEACHING AFRO-BRAZILIAN LITERATURE BY BLACK AUTHORS: A PROPOSAL FOR SOCIAL-IDENTITY LITERACY IN THE CLASSROOM

Abstract: This study addresses the teaching of Afro-Brazilian literature by black authors with a proposal for social-identity literacy in the classroom, with an emphasis on the contributions of author Conceição Evaristo. The research explores how this writer promotes anti-racist narratives, deconstructing stereotypes and giving visibility to the experiences of black women. Literature is analyzed as a tool of resistance and emancipation, in addition to being associated with pedagogical practices that aim to create a more inclusive and anti-racist education, especially through the implementation of Laws 10.639/2003 and 11.645/2008 in the school curriculum.

Keywords: black literature; women in literature; anti-racist literature.

1 Doutor em Programa de Pós-Graduação em Literatura, pela Universidade de Brasília – UNB; Professor do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ensino, Universidade de Cuiabá – UNIC. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/678443752638138>. E-mail: rcoenga@gmail.com

2 Graduado em Letras/Português, mestrado do curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ensino, Universidade de Cuiabá, UNIC; Professor da Secretaria de Educação do estado do Mato Grosso. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2219758484983721>. E-mail: orlando.josesales@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo parte da temática: proposta do letramento social-identitário em sala de aula, com foco nas obras de escritores que abordam a temática antirracista como Conceição Evaristo e Djamila Ribeiro, em especial será abordado as obras de Conceição Evaristo, que pensa sobre essa questão, destacando como as obras dessa autora negra contribuem para a construção de uma narrativa literária antirracista e emancipatória.

A literatura é um campo de construção de identidades, é um lugar de resistência e, no Brasil, historicamente, a mulher negra foi relegada a estereótipos e silenciamentos. No entanto, a produção literária contemporânea, especialmente por autoras negras, tem desconstruído essas representações, oferecendo visibilidade e voz às vivências e subjetividades das mulheres negras. Conceição Evaristo, com sua escrita marcada pela “escrevivência” (Evaristo, 2017), termo que destaca a fusão entre vida e escrita, revela o cotidiano de mulheres negras nas periferias, trazendo à tona a resistência e a ancestralidade africana (Oliveira, 2009). Djamila Ribeiro, uma das escritoras antirracistas mais proeminentes do Brasil, aborda como esse tema está enraizado na sociedade brasileira, criando desigualdades e abismos sociais. Ela destaca que o racismo não é apenas um ato de vontade individual, mas um sistema de opressão que nega direitos. A escritora promove a prática antirracista como uma urgência, destacando que é uma luta de todos e apresenta caminhos para reflexão e ação contra o racismo (Ribeiro, 2019).

A questão que orienta este estudo pode ser traduzida no seguinte problema de pesquisa: “De que forma a literatura produzida por Conceição Evaristo contribui para a representação e emancipação da mulher negra?

O objetivo geral é analisar as representações da mulher negra na literatura brasileira, e compreender como essas narrativas podem contribuir para uma educação mais inclusiva e antirracista. Entre os objetivos específicos, destacam-se: (1) evidenciar o papel da literatura como ferramenta para uma educação que desafie o racismo e promova a equidade de gênero e raça; (2) analisar como as leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que tratam da inclusão da história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo escolar, ajudam na ampliação da educação antirracista e criação de representações positivas da mulher negra na sociedade. (3) Estudar as obras de Conceição Evaristo identificando suas contribuições para a literatura afro-brasileira.

Este trabalho se apoia em uma revisão bibliográfica de obras literárias e críticas, bem como na análise de estudos acadêmicos voltados para a literatura afro-brasileira e as políticas educacionais que visam a inclusão de uma perspectiva antirracista nas escolas. O estudo enfatiza a relevância de uma abordagem interdisciplinar que conecte a produção literária de mulheres negras às práticas pedagógicas, oferecendo um caminho para a construção de uma educação que reconheça e valorize a pluralidade cultural e étnica da sociedade brasileira.

1.1 A educação como ferramenta antirracista

A educação tem sido reconhecida como uma ferramenta poderosa na luta contra o racismo. Ao longo da história, as desigualdades raciais foram sistematicamente reforçadas por meio de estruturas educacionais que reproduzem preconceitos e exclusões. No entanto, a educação também oferece a possibilidade de transformar essa realidade ao promover valores de equidade, justiça social e respeito pela diversidade. Nesse sentido, a educação antirracista se coloca como uma abordagem pedagógica e política essencial para combater o racismo em todas as suas formas e construir uma sociedade mais inclusiva (Oliveira; Candau, 2010).

A educação antirracista parte do reconhecimento de que o racismo é um fenômeno estrutural, enraizado nas instituições e nas práticas sociais cotidianas. Não se trata apenas de casos isolados de discriminação ou preconceito, mas de uma dinâmica que permeia diversas esferas da vida social, incluindo a escola. As instituições de ensino, muitas vezes, refletem as desigualdades raciais presentes na sociedade, seja na falta de representatividade de professores e gestores negros, na ausência de conteúdos que valorizem a cultura afro-brasileira ou no tratamento diferenciado que alunos negros e brancos recebem. Assim, o primeiro passo para uma educação antirracista é reconhecer a existência desse problema e suas manifestações na sala de aula (Oliveira; Candau, 2010).

A partir dessa constatação, é necessário repensar o currículo escolar. A educação tradicionalmente oferecida nas escolas foi, em grande medida, construída a partir de uma visão eurocêntrica, ou seja, baseada na perspectiva da Europa branca e ocidental, negligenciando as contribuições de outros povos e culturas, especialmente as afrodescendentes e indígenas. Essa invisibilidade das histórias e saberes de populações negras reforça estereótipos e legitima a subalternização dessas pessoas. Uma educação antirracista propõe, então, a revisão do currículo para incluir as histórias, culturas e contribuições de africanos e afro-brasileiros, oferecendo aos alunos uma visão mais ampla e diversa do mundo (Ferreira, 2012).

Neste contexto, a formação de professores é um aspecto necessário para o sucesso da educação antirracista. É fundamental que os educadores estejam preparados para lidar com as questões raciais de forma crítica, consciente e responsável. Isso significa que eles próprios precisam desconstruir preconceitos e estereótipos que, muitas vezes, absorveram ao longo de suas vidas. A formação continuada, a reflexão sobre a prática pedagógica e o incentivo à leitura e ao estudo de autores negros são caminhos para que os professores possam desenvolver uma postura antirracista em sala de aula (Ferreira, 2012). É importante ainda, que seja posto em prática, na sala de aula, o que foi estudado nas formações continuadas, criando estratégias para desconstrução do racismo nas escolas através de rodas de leitura de obras atuais que possam despertar no aluno, uma consciência sobre reflexão contínua, da importância de desconstruir todos os tipos de preconceito, dentre eles o racial.

É preciso pensar também na promoção de uma convivência escolar pautada no respeito e na empatia. A escola deve ser um espaço onde todas as crianças e

adolescentes, independentemente de sua cor, etnia ou origem, sintam-se valorizados e respeitados. Isso implica combater o bullying racial, que afeta, de maneira desproporcional, os estudantes negros, e fomentar o diálogo sobre as questões raciais, de modo que todos possam entender a importância de uma sociedade diversa e inclusiva. Promover debates sobre racismo, discriminação e desigualdades raciais ajuda a criar uma geração mais consciente e disposta a combater essas injustiças (Oliveira, 2009).

A educação antirracista vai além dos muros da escola, ela deve ser uma tarefa coletiva, que envolva a família, a comunidade e toda a sociedade. Isso porque o racismo não é uma questão restrita à escola, mas está presente nas relações sociais de forma ampla. É necessário que as famílias sejam envolvidas nesse processo, compreendendo a importância de educar seus filhos para o respeito à diversidade e para a valorização das diferentes culturas. Além disso, a comunidade pode ser parceira da escola em ações educativas que promovam a inclusão e o combate ao racismo, como eventos culturais, rodas de conversas e atividades que celebrem a pluralidade étnica e racial (Oliveira, 2009).

A luta contra o racismo requer um esforço contínuo e coletivo, e a educação, ainda que essencial nesse processo, não resolverá, por si só, todas as questões ligadas ao racismo. O combate ao racismo é uma tarefa ampla, que envolve mudanças nas estruturas políticas, econômicas e sociais. No entanto, a educação tem o potencial de ser um espaço privilegiado para a conscientização e a transformação social, ao formar cidadãos críticos, conscientes e engajados na construção de uma sociedade mais justa.

Portanto, a educação antirracista se configura como uma ferramenta indispensável para a construção de um futuro onde o racismo não tenha mais lugar. Ela contribui para a desconstrução de preconceitos, a valorização da diversidade e a promoção da equidade racial. Para que isso aconteça, é necessário o compromisso de toda a sociedade com a transformação das práticas educacionais e das relações raciais, para que as próximas gerações possam viver em um mundo onde a cor da pele não determine as oportunidades e o valor de uma pessoa. Assim, ao educar para o respeito, a inclusão e a igualdade, estamos também educando para uma sociedade mais humana e solidária.

1.2 O paradigma social-identitário e a construção de identidade em grupos sociais marginalizados

O paradigma social-identitário é uma abordagem teórica que enfatiza a importância da identidade social na construção da realidade e na organização da sociedade (Cosson, 2024). Essa abordagem é particularmente útil para entender a construção de identidades de grupos sociais marginalizados, que frequentemente enfrentam processos de exclusão, discriminação e opressão. A identidade social é construída através de processos de interação e negociação entre indivíduos e grupos. Esses processos são influenciados por fatores como a cultura, a história, a política e economia, que podem reforçar ou desafiar as identidades sociais.

No caso de grupos sociais marginalizados, a construção de identidade é frequentemente marcada por processos de exclusão e discriminação. Por exemplo, as comunidades afrodescendentes no Brasil enfrentam processos de racismo e discriminação que podem afetar negativamente a sua identidade social. No entanto, o paradigma social-identitário também reforça a importância da resistência e da luta, contra a opressão. Dessa maneira as práticas de produção e consumo do paradigma-social-identitário demandam de autores e leitores um posicionamento ético que confronta e, no seu limite, impõe-se sobre o valor estético. Enquanto produção cultural que representa as relações sociais e expressa identidades, a literatura é um instrumento de resistência cultural e de luta em busca da construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Nesse caso, a literatura pressupõe um engajamento político que se efetiva pela valorização de autores e obras, que representam e dão voz e protagonismo àqueles que foram e ainda são socialmente excluídos e discriminados por suas diferenças em relação a sociedade patriarcal e desigual (Cosson, 2024). Os grupos sociais marginalizados podem desenvolver identidades sociais que desafiam as normas e valores dominantes, e que reivindicam a sua dignidade e direitos.

O paradigma social-identitário é uma abordagem teórica que pode ajudar a entender a construção de identidade de grupos sociais marginalizados. Essa abordagem destaca a importância da interação e da negociação na construção da identidade social, e também enfatiza a importância da resistência e da luta contra a opressão.

1.3 As Leis 10.639/2003 (Brasil, Lei nº 10.639, de 09 de janeiro 2003) e 11.645/2008 (Brasil, Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008) e a educação antirracista

As Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 são marcos legais fundamentais para a promoção de uma educação antirracista no Brasil, e a sua implementação representa uma conquista na luta por reconhecimento e valorização da diversidade cultural e étnica no ambiente escolar. A Lei 10.639/2003 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para tornar obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas. Posteriormente, a Lei 11.645/2008 ampliou esse escopo, incluindo também a obrigatoriedade do ensino da história e cultura indígena, reforçando o compromisso de integrar, de maneira mais completa, a diversidade étnica que constitui o Brasil (Lima, 2022).

Essas legislações são fruto de longas lutas dos movimentos negros e indígenas para que suas histórias, muitas vezes apagadas ou subalternizadas nos currículos escolares, fossem reconhecidas e devidamente ensinadas. Antes da promulgação dessas leis, o currículo escolar brasileiro era amplamente baseado em uma perspectiva eurocêntrica, com ênfase na história da colonização e na cultura europeia, enquanto a contribuição dos africanos escravizados e dos povos indígenas era minimizada ou apresentada de forma distorcida. Ainda temos muitos currículos que se mantêm assim, mas a partir dessas leis, tornou-se mandatória a inclusão de conteúdos que

promovam o reconhecimento das lutas e contribuições dessas populações para a formação da nação brasileira (Lima, 2022).

No contexto da educação antirracista, essas leis mostram-se necessárias, pois visam promover uma visão crítica sobre o racismo estrutural e suas consequências históricas. O ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena não só traz à tona questões relacionadas à escravidão, à marginalização e às desigualdades persistentes, mas também valoriza às resistências e às heranças culturais deixadas por essas populações, contribuindo para uma sociedade mais inclusiva e plural. Ao destacar as trajetórias de luta e resistência de povos negros e indígenas, essas leis combatem estereótipos e preconceitos que, por séculos, foram perpetuados nas narrativas oficiais (Costa, 2024).

A implementação da Lei 10.639/2003, por exemplo, exige que as escolas promovam o estudo da história da África e dos africanos, das lutas dos negros no Brasil, da cultura negra brasileira e da sua influência na formação da sociedade nacional, especialmente nas áreas social, econômica e política. No caso da Lei 11.645/2008, há a exigência de que se estude também a cultura e a história dos povos indígenas, suas tradições, línguas e contribuições à construção do Brasil. Esse conhecimento proporciona uma formação mais rica e diversificada, e prepara os alunos para compreender a complexidade da sociedade brasileira e seu multiculturalismo.

Em relação ao impacto dessas leis na representação da mulher negra, é importante reconhecer que o racismo e o sexism se entrecruzam na formação das desigualdades vividas por essas mulheres. Historicamente, as mulheres negras têm sido duplamente marginalizadas: pela cor da pele e pelo gênero. A invisibilidade de suas contribuições e a perpetuação de estereótipos negativos sobre a mulher negra – que vai desde a hiperssexualização até a ideia de submissão – são amplamente disseminadas pela mídia, pelo senso comum e também pelo sistema educacional (Alencar, 2018).

Com a implementação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, há uma oportunidade significativa para que essa representação seja revista. Ao incorporar conteúdos sobre as lutas e realizações de mulheres negras, as escolas passam a oferecer uma visão mais positiva de suas trajetórias. As contribuições de mulheres negras como Conceição Evaristo, Djamila Ribeiro, Dandara dos Palmares, Lélia Gonzalez, Carolina Maria de Jesus, e tantas outras, podem ser incluídas nos currículos, permitindo que os estudantes tenham acesso a figuras históricas que romperam com as barreiras impostas pela sociedade racista e patriarcal. Dessa forma, a representação da mulher negra na sociedade ganha novos contornos, fugindo dos estereótipos que frequentemente a aprisionam em papéis de subordinação (Alencar, 2018).

Essas leis incentivam a promoção de práticas pedagógicas que discutam questões de gênero e raça de forma interseccional. Isso significa que, ao abordar a história e cultura afro-brasileira e indígena, os educadores podem (e devem) problematizar as desigualdades que afetam de maneira diferenciada as mulheres negras e indígenas. Essa abordagem interseccional possibilita uma educação mais inclusiva e crítica,

que valoriza a mulher negra em toda a sua complexidade, reconhecendo suas lutas contra o racismo e o machismo, e celebrando suas conquistas (Alencar, 2018).

Essas leis também levam a um empoderamento das alunas negras dentro do ambiente escolar. A representação positiva de mulheres negras no currículo escolar pode contribuir para a autoestima e a identidade dessas estudantes. Verem-se representadas de maneira digna e respeitosa nas aulas de história, literatura e outras disciplinas pode ajudar a romper com o ciclo de exclusão e subalternização que muitas vezes caracteriza a experiência escolar de meninas negras. Esse tipo de reconhecimento é fundamental para que elas se sintam parte ativa e valorizada da sociedade, com plenas capacidades de liderança e realização.

Assim, é necessário destacar que a efetiva implementação dessas leis ainda enfrenta desafios significativos. Muitos professores não receberam formação adequada para trabalhar com esses conteúdos e, em alguns casos, a resistência cultural ou o desconhecimento sobre a importância dessas temáticas ainda persistem. Portanto, para que as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 alcancem todo o seu potencial transformador, é preciso investir na formação continuada dos educadores e na produção de materiais didáticos que refletem a diversidade racial e de gênero do país (Costa, 2024).

Desse modo, as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 são instrumentos essenciais para a promoção de uma educação antirracista, ao exigirem a inclusão da história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares. Elas oferecem uma oportunidade valiosa para revisar e ampliar a representação da mulher negra na sociedade, resgatando suas histórias de resistência e subvertendo estereótipos negativos. Ao formar estudantes mais conscientes e críticos sobre as questões raciais e de gênero, essas leis contribuem para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde a diversidade seja verdadeiramente respeitada e valorizada.

1.4 Os impactos da literatura afro-brasileira para a representação positiva da mulher negra na sociedade

A literatura afro-brasileira tem se mostrado importante na construção de uma representação mais positiva e diversa da mulher negra na sociedade, rompendo com estereótipos de subalternização e dando visibilidade a experiências que por muito tempo foram marginalizadas. Através de vozes literárias negras, especialmente femininas, a mulher negra passa a ser retratada de maneira mais ampla, como protagonista de sua própria história, capaz de refletir sobre as suas vivências, suas dores, resistências e, principalmente, suas conquistas. Ao longo do tempo, a literatura afro-brasileira tornou-se um espaço de resistência e de afirmação da identidade negra e feminina, proporcionando um lugar de fala para aquelas que, historicamente, foram silenciadas.

Desde a década de 1980, a produção de escritores que assumem seu pertencimento enquanto sujeitos vinculados a uma etnicidade afrodescendente cresce em volume e começa a ocupar na cena cultural, ao mesmo tempo em que as

demandas do movimento negro se ampliam e adquirem visibilidade institucional. Desde então, cresce da mesma forma, mas não na mesma intensidade, a reflexão acadêmica voltada para esses escritos, que, ao longo do século XX, foram objeto quase que exclusivo de pesquisadores estrangeiros como Bastide, Sayrs, Rabassa, e Brookshaw, entre outros (Duarte, 2005).

No alvorecer do século XXI a literatura afro-brasileira passa por um momento rico em realizações e descobertas, que propiciam a ampliação do seu corpus, na prosa e na poesia, paralelamente ao debate em prol de sua consolidação acadêmica enquanto campo específico de produção literária – distinto, porém em permanente diálogo com a literatura brasileira *tout court*. Enquanto muitos ainda indagam se a literatura afro-brasileira realmente existe, a cada dia a pesquisa nos aponta para o vigor dessa escrita; ela tanto contemporânea, quanto se estende a Domingos Caldas Barbosa, em pleno século XVIII. Enfim, essa literatura não só existe como se faz presente nos tempos e espaços históricos de nossa constituição enquanto povo; não só existe como é múltipla e diversa (Duarte, 2005).

A invisibilidade das mulheres negras no campo literário foi, durante muitos anos, um reflexo das estruturas racistas e patriarciais que permeiam a sociedade brasileira. No entanto, à medida que a literatura afro-brasileira ganhou força e espaço, autoras como Conceição Evaristo, Carolina Maria de Jesus, Miriam Alves, Djamila Ribeiro, entre outras, passaram a ocupar um papel central na construção de narrativas que desconstroem o racismo e o sexism. Essas escritoras não apenas colocam a mulher negra como protagonista, mas também reconfiguram os estereótipos que tradicionalmente a retratam de maneira inferiorizada.

Um dos impactos mais significativos da literatura afro-brasileira é o reconhecimento da mulher negra como uma figura dotada de subjetividade e complexidade. Nas obras dessas autoras, as mulheres negras são representadas em suas várias dimensões: como trabalhadoras, mães, líderes, amantes, intelectuais, sonhadoras e sobreviventes. Elas não são mais vistas apenas sob o prisma da opressão, mas também da resiliência, da criatividade e da essência. Esse tipo de representação é poderoso, pois oferece um contraponto às representações historicamente construídas pela literatura brasileira hegemônica, que muitas vezes reduzia a mulher negra a papéis subalternos, como o de escrava ou empregada doméstica, ou a figuras hiperssexualizadas (Job, 2011).

A obra de Conceição Evaristo, traz à tona o conceito de “escrevivência”, uma escrita que emerge diretamente das vivências e experiências das mulheres negras. Em suas obras como “Olhos D’água (2003), “Becos de Memória (2006), “Insubmissas Lágrimas de Nossos Olhos (2011) e “Ponciá Vicêncio (2003). Evaristo explora o cotidiano das mulheres negras, suas relações com a sociedade, suas angústias e sonhos, tudo de uma perspectiva que valoriza a oralidade e a tradição africana. A autora não só reconstrói o imaginário acerca da mulher negra, mas também coloca em evidência os mecanismos de resistência cultural e identitária que elas desenvolvem ao longo de suas vidas. Ao fazer isso, Evaristo proporciona uma identificação profunda para mulheres negras leitoras, que se veem representadas nas

histórias e experiências contadas por ela (Andrade, 2018). Para Conceição Evaristo, (2017) “escrevivência” é uma forma de descrever sua própria experiência de escrita que simboliza resistência e sobrevivência. É um conceito que combina a ideia de escrita (escrever) com a ideia de vivência (viver). Para Evaristo é uma forma de escrever que é profundamente ligada a sua própria vida e experiência, e que permite que ela processe e faça sentido do mundo ao seu redor. Para a autora:

A nossa escrevivência não pode ser lida como história de ninar os da casa-grande, mas sim para incomodá-los em seus sonhos injustos. A nossa escrita é uma forma de resistência, uma forma de dizer não ao silenciamento, não à invisibilidade. Nós, mulheres negras, temos uma história que precisa ser contada, uma história que precisa ser ouvida (Evaristo, 2011).

A literatura afro-brasileira também é essencial para a desconstrução de estereótipos sobre o corpo da mulher negra. Por muito tempo, a sociedade brasileira produziu e reproduziu imagens estigmatizantes e sexualizadas das mulheres negras, o que contribuiu para sua marginalização e objetificação. Escritoras afro-brasileiras, ao problematizarem essas questões em suas obras, reappropriam-se de suas identidades corporais e redefinem a maneira como seus corpos são vistos. Ao abordar questões de gênero e sexualidade a partir de uma perspectiva que leva em conta o impacto do racismo e do machismo, essas autoras subvertem o olhar colonial que historicamente reduziu a mulher negra a um objeto de desejo exótico e desumanizado (Andrade, 2018).

A poesia, especialmente, tem sido um espaço rico para essa reconfiguração do corpo e da identidade negra. Poetas como Elisa Lucinda e Mel Duarte, entre outras, utilizam a poesia como uma forma de expressão política e de reafirmação de suas identidades como mulheres negras. Através de suas palavras, elas discutem temas como a autoaceitação, o racismo, o empoderamento feminino e a ancestralidade. A poesia se torna, então, uma ferramenta para afirmar a dignidade da mulher negra e para desmistificar as concepções racistas e sexistas que por tanto tempo dominaram a sociedade (Oliveira, 2014).

Além de reconfigurar a imagem da mulher negra na literatura, a literatura afro-brasileira também tem um impacto significativo na formação de novas gerações. Para jovens negras, o contato com obras que as representam de maneira positiva e empoderadora tem um efeito transformador. Elas passam a se ver em personagens que se parecem com elas, com suas famílias e comunidades, e isso gera um sentimento de pertencimento e autoestima. A literatura se torna, assim, uma ferramenta de formação identitária, de fortalecimento emocional e de resistência contra a opressão racial e de gênero (Oliveira, 2014).

O impacto da literatura afro-brasileira na representação da mulher negra também se dá no âmbito acadêmico e intelectual. O surgimento e o fortalecimento de uma crítica literária negra têm possibilitado que essas obras sejam analisadas e valorizadas em seus próprios termos, com base em referências e paradigmas que levam em consideração a especificidade da experiência afro-brasileira. Assim, essa literatura deixa de ser vista como um apêndice ou uma exceção à literatura brasileira

dominante e passa a ser reconhecida como um campo literário autônomo, com suas próprias tradições, temas e questões. Esse reconhecimento no campo acadêmico contribui ainda mais para a afirmação da mulher negra como sujeito criador de cultura e conhecimento, subvertendo a tradição intelectual que historicamente a excluiu (Ferreira, 2015).

Desse modo, a literatura afro-brasileira tem sido fundamental para a promoção de uma representação mais positiva da mulher negra na sociedade. Ao romper com os estereótipos e narrativas racistas e sexistas, essas autoras proporcionam uma nova visão da mulher negra como sujeito pleno, capaz de resistir, criar e transformar a realidade. Através de suas obras, elas não só dão voz às experiências das mulheres negras, mas também contribuem para a formação de uma nova consciência social, mais crítica e sensível às questões de raça e gênero. Ao se apropriar da palavra e da escrita, as mulheres negras afirmam sua existência e protagonismo, e essa afirmação reverbera em todas as esferas da vida social. A literatura, portanto, torna-se um espaço de emancipação e transformação, onde a mulher negra pode finalmente se reconhecer e ser reconhecida em sua plenitude.

2 CONCLUSÃO

Este estudo apontou a importância central da literatura afro-brasileira na construção de uma nova representação da mulher negra, rompendo com estereótipos historicamente enraizados e oferecendo uma visão mais humanizada de suas experiências e subjetividades. Ao estudar as obras de autoras como Conceição Evaristo, observamos como essas produções literárias desafiam as estruturas racistas e patriarcais que permeiam a sociedade brasileira, contribuindo para a criação de uma narrativa emancipatória e antirracista.

Essas obras proporcionam visibilidade a vozes que por muito tempo foram silenciadas, resgatando a memória, a resistência e a identidade das mulheres negras. Por meio da “escrevivência”, de Evaristo, a literatura assume o papel de ferramenta política, educativa e transformadora. A análise realizada demonstra como a inclusão da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas, promovida pelas Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, pode contribuir para a construção de uma educação antirracista que valorize a diversidade étnica e de gênero.

A literatura afro-brasileira não apenas transforma a maneira como as mulheres negras são representadas na sociedade, mas também inspira novas gerações a se reconhecerem como protagonistas de suas próprias histórias. Ao oferecer novas perspectivas e possibilidades de identidade, essa produção literária impulsiona a luta por uma sociedade mais justa e inclusiva, onde as experiências e contribuições das mulheres negras sejam plenamente reconhecidas e valorizadas. Assim, este estudo reforça a importância de continuar investindo na valorização dessas narrativas, tanto no campo literário quanto no âmbito educacional, para que a educação antirracista seja um pilar efetivo na luta contra o racismo e o sexismno no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Maria Gisele. **As leis 10.639/2003 e 11.645/2008 na prática educacional do ensino básico brasileiro.** CIET – EnPED, 2018. Disponível em: <https://ciet.ufscar.br/submissao/index.php/ciet/article/view/1286>. Acesso: 15/10/2024.
- ANDRADE, Lothian **Ancestralidade, memória e autorrepresentação da mulher negra na literatura afro-brasileira contemporânea em “Olhos d’água”, de Conceição Evaristo.** Revista Entrelaces, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/39801>. Acesso: 15/10/2024.
- BRASIL. Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003. **Diário Oficial da União**, Poder executivo, Brasília.
- BRASIL. Lei 11.645/2008 de 10 de março de 2008. **Diário Oficial da União**, Poder executivo, Brasília.
- BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1996.
- COSTA, M.A.S. **Políticas públicas para uma educação antirracista:** Um estudo acerca da percepção em torno das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 na escola “Canto do Saber” em São Bernardo – MA. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do título de Graduação em Ciência Sociais, 2024. Disponível em: <https://monografias.ufma.br/jspui/handle/123456789/7457>. Acesso: 15/10/2024.
- DANTAS, Carolina/Matos, Hebe/Abreu, Marta. **O Negro no Brasil: Trajetórias e Lutas em 10 aulas de história.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- DUARTE, Eduardo de Assis: **Por um Conceito de literatura afro-brasileira,** Minas Gerais: Literafro, 2019
- Evaristo, Conceição. **Olhos D’água.** Rio de Janeiro: Pallas 2003.
- FERREIRA, Aparecida. Jesus **Teoria Racial Crítica e Letramento Racial Crítico: Narrativas e Contranarrativas de Identidade Racial de Professores de Línguas.** Revista da ABPN, Dossiê Temático “Raça, Ciência e Gênero”, v.6, n.14, 2014. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/141>. Acesso: 12/10/2024.
- FERREIRA, Aparecida de Jesus. **Educação antirracista e práticas em sala de aula: uma questão de formação de professores.** R. Educ. Públ. [online], v.21, n.46, 2012. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S223820972012000200005&script=sci_abstract. Acesso: 12/10/2024.
- JOB, S.M. **Em texto e no contexto social: mulher e literatura afro-brasileiras.** Tese de Doutorado em Literatura apresentado à Universidade Federal de Santa Catarina, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/95228t>. Acesso: 12/10/2024.

LIMA, A.A. **Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 e educação antirracista: ideias de um grupo de docentes de química.** Revista Ensino e Multiplicidade, v.8, n.2, 2022. Disponível em: <https://cajapio.ufma.br/index.php/ens-multidisciplinaridade/article/view/18720>. Acesso: 12/10/2024.

OLIVEIRA, L.H.S. “**Escrevivência” em Becos da memória, de Conceição Evaristo.** Rev. Estud. Fem., 17(2), 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/X8t3QSJM5dMTjPTMJhLtwgc/?lang=pt&format=html#>. Acesso: 14/10/2024.

OLIVEIRA, L.F.; CANDAU, Vera. Maria. F. **Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. Educ. Rev. [online],** v.26, n.01, 2010. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0102-46982010000100002&script=sci_abstract. Acesso: 14/10/2024.

OLIVEIRA, L.F. **Educação antirracista: tensões e desafios para o ensino de sociologia.** Educação Real. 39 (1), 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/fBVxRfkk5pqpzxLqr5RcNxp/#>. Acesso: 16/10/2024.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista.** São Paulo: Companhia das Letras 2019.